



**UM OLHAR ACERCA DAS MOTIVAÇÕES EM SE TORNAR FAMÍLIA
ACOLHEDORA^I
A LOOK AT THE REASONS FOR BECOMING A FOSTER FAMILIES**

Karla Pacheco Jacintho^{II}

Resumo: Este artigo consiste em uma pesquisa de campo, do nível exploratória e de abordagem qualitativa sobre as motivações em se tornar família acolhedora. As participantes do estudo foram 4 figuras maternas, todas mulheres, que fazem parte do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora em uma cidade no sul de Santa Catarina. O objetivo foi identificar as motivações que levam as pessoas a se tornarem família acolhedora. Conforme a análise dos dados foi possível perceber o quanto as famílias estão comprometidas e envolvidas no serviço de acolhimento, e que o propósito dessa função é fazer o bem ao próximo como a si mesmo. Tal serviço é de extrema importância para a sociedade e se faz necessário para que os danos causados às crianças em vulnerabilidade sejam os mínimos possíveis.

Palavras-chave: Família Acolhedora. Motivações. Implicações Emocionais.

Abstract: This article consists of field research, at an exploratory level and with a qualitative approach on the motivations for becoming a foster families. The research participants were 4 maternal figures, all women, who are part of the Acolhimento em Família Acolhedora service in a city in the south of Santa Catarina. The purpose of the research was to identify the motivations that lead people to become a foster families. Throughout the research, it was possible to perceive how much the families are committed and involved in the foster service, and that the purpose of this function is to do good to others as well as to oneself. Such service is extremely important to society, and it is necessary so that the damage caused to vulnerable children is as little as possible.

Keywords: Foster Family. Motivations. Emotional Implications.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Machado (2009), o ser humano é um ser relacional, por isso, é importante vê-lo e entendê-lo como um sujeito social que interfere e recebe influência do meio em que vive. Ou seja, o sujeito tem sua identidade e individualidade e se relaciona com outros

^I Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso de Psicologia da Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul, como requisito parcial para obtenção do título de Psicóloga, 2022, orientado pela professora Maria Izabel de Amorim, Msc. E-mail: maria.i.amorim@animaeducacao.com.br

^{II} Acadêmica do curso de Psicologia da Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul. E-mail: karlakpj@hotmail.com

indivíduos. O desenvolvimento humano está permeado por relações fundamentais para o processo de evolução, aprendizagem e de construção social.

Vygotsky (1984) afirma sobre a importância do papel do outro na constituição cultural do homem, em que nós nos tornamos nós mesmos através dos outros. Logo, as relações entre os sujeitos de um grupo são edificantes e fazem parte do processo de desenvolvimento e aprendizagem. É através das relações que ocorre a integração, onde cada sujeito se sente inserido no grupo, tornando-se parte da constituição de um todo.

Ao considerar as relações, é na família que encontramos a intimidade, a interação e a partilha de experiências e emoções. Por isso, a importância da família na sociedade ainda é significativa, principalmente na infância, onde se torna a base primordial, especialmente na socialização (BAPTISTA; TEODORO, 2012).

O esperado é que todos os indivíduos estejam inseridos em um grupo familiar protetivo para que seu desenvolvimento se dê de forma saudável, mas não é o que acontece em todas as famílias. A sociedade e as pessoas passam por transformações, e nem todas são benignas. Nesse viés, podemos pensar nas crianças e adolescentes colocados em risco por suas próprias famílias, no sentido da falta de cuidados básicos - tanto materiais quanto emocionais.

Para tal situação é importante refletirmos em um meio que amenize esse quadro. Diante disso, quando uma criança ou adolescente está em risco, e não pode se defender por si só, a intervenção estatal torna-se necessária, e desta forma, a criança/adolescente deve ser retirado daquele ambiente que o prejudica, isto é, eles são afastados do convívio de sua família biológica (SILVA, 2004).

Uma das possibilidades que temos hoje é o acolhimento dessas crianças/adolescentes em famílias acolhedoras. A família acolhedora é uma modalidade de acolhimento familiar, provisório e excepcional. Diz respeito a um tratamento e atendimento individualizado, dentro de um ambiente familiar, o qual deve proporcionar, especialmente, cuidado e proteção (COSTA; FERREIRA, 2009). A lei 12.010/2009 em seu artigo 34, § 1º preconiza que o acolhimento familiar é preferencial ao institucional, pois crianças e adolescentes tem o direito a viver em família e não em instituições (BRASIL, 2009a).

É fato que o apego e o vínculo serão criados em uma relação de cuidado e convivência entre essas famílias e as crianças/adolescentes (COSTA; FERREIRA, 2009), porém, questiona-se sobre o que leva o sujeito a cuidar, estabelecer vínculo afetivo sabendo que irá ser findado e que não haverá mais contato. Além disso, conhecer quais motivações tais famílias têm, como surge o desejo de exercer o papel de família acolhedora e quais implicações emocionais existem em exercer o acolhimento e finalizá-lo. Várias são as possibilidades, e é importante

identificarmos essas motivações para que o processo seja saudável para ambas as partes – família acolhedora e crianças/adolescentes acolhidos.

Desta forma, é necessário compreender as motivações que levam as pessoas a se tornarem famílias acolhedoras, pois através desse entendimento há possibilidade de verificar se os objetivos do programa Família Acolhedora estão sendo cumpridos.

A Psicologia é a ciência que compreende as questões específicas de um indivíduo, abrangendo as emoções, os sentimentos, as impressões e o funcionamento do ser humano. E isso perpassa pelo meio onde o indivíduo está inserido, principalmente a família, instituição de socialização primária (GOMES, 1992).

As buscas nas bases de dados: *BVS*, *BVS-psi*, *SciElo* e *Pepsic*, demonstram poucos estudos sobre este tema, sendo a ampliação de conhecimento nesse campo relevante para a Psicologia.

Assim, este estudo tem por finalidade: identificar as motivações que levam as pessoas a se tornarem família acolhedora; descrever como foi definido pela família se tornar família acolhedora; verificar quais as implicações emocionais das pessoas ao se tornar família acolhedora.

2 FAMÍLIA

Para a Psicologia, família é a primeira instituição psicossocial, onde se fundamentam as relações e as identificações sociais. É esse espaço que permite a existência do laço afetivo e o sentimento de pertencimento (MACEDO, 1994).

De acordo com Sayão e Aquino (2006, p. 9):

Família é o conceito que designa o grupo de pessoas associadas por relações de consanguinidade ou aliança, as quais podem viver sob o mesmo teto, ou não. [...] Em sentido genérico, refere-se à soma de pessoas unidas por características, convicções ou interesses semelhantes, o que acaba gerando, em cada um de seus integrantes, o sentimento de pertença àquele grupo exclusivo.

Já, Baptista e Teodoro (2012, p. 156), nos alertam que:

A família é o microsistema fundamental para a interação das pessoas com seu ambiente nos diversos níveis ecológicos. É o palco do desenvolvimento humano, das transições ecológicas e dos processos proximais. Nela as pessoas tanto constroem sua história e suas rotinas quanto são construídas pela permeabilidade dos valores, tradições e segredos da intergeracionalidade e do que dela herdamos.

O termo ecológico, no conceito citado acima, faz referência à Teoria Ecológica de Bronfenbrenner, que diz respeito a influência do meio social no desenvolvimento das pessoas,

ou seja, o ambiente em que crescemos afeta todos os planos da nossa vida (MARTINS; SZYMANSKI, 2004).

Conforme Vargas (2018), o conceito de família foi se modificando no decorrer da história. Com o passar do tempo a instituição família foi tomando rumos diferentes devido às exigências (materiais e emocionais), que vão surgindo das necessidades individuais de cada ser humano e da sociedade.

Menezes (2020) menciona que as novas configurações familiares são muitas e se deram em função das transformações e necessidades afetivas e sociais. No contexto atual existem vários tipos de famílias, entre eles: Família tradicional ou nuclear - é o tipo mais comum de família, formada pelos pais e seus filhos. Família matrimonial - é aquela legitimada pelo casamento civil. Família informal - a legitimidade se dá pela convivência, sem que a união do casal tenha sido oficializada. Família monoparental - composta por apenas um dos responsáveis, pai ou mãe, onde a responsabilidade pelos filhos é de apenas um dos pais. Família anaparental - são as constituídas sem a presença dos pais, como nos casos em que os irmãos mais velhos cuidam dos mais novos. Família reconstituída - é composta pela união de um casal com filho(s) de uma união anterior. Família unipessoal - é composta por apenas uma pessoa; é o caso de pessoas viúvas ou solteiras que vivem sozinhas em uma casa. Família eudemonista - é a união afetiva entre pessoas, tendo como princípio a busca pela felicidade, ou seja, famílias poliamorosas, onde adultos compartilham o afeto e o cuidado das crianças entre si.

Diante de tantas transformações e considerando que todos os indivíduos estão inseridos ou tem sua origem em uma família, é de suma importância a compreensão das modificações dos contextos familiares, não perdendo de vista que a família é como um potente sistema de socialização para o desenvolvimento saudável da criança e do adolescente.

Além da socialização, o ambiente familiar permite o desenvolvimento das primeiras interações sociais e de aprendizagens, contribuindo para regular emoções e comportamentos das crianças, representando um importante espaço de desenvolvimento para crianças e adolescentes (LINHARES, 2015).

Então, “o propósito da família seria prover um contexto que supra as necessidades primárias de seus membros, referentes à sobrevivência - segurança, alimentação e um lar -, ao desenvolvimento - afetivo, cognitivo e social - e ao sentimento de ser aceito, cuidado e amado.” (MACEDO, 1994, p. 64)

O fato é que não existe uma definição única de família, não podemos falar em um modelo ideal, porque cada família tem suas particularidades e uma maneira específica de

funcionamento. Cada indivíduo tem sua forma de ver e sentir o instituto família, porém o que deve haver em comum entre os grupos familiares é o cuidado e o zelo uns pelos outros.

3 FAMÍLIA ACOLHEDORA

Família acolhedora tem “papel social de acolher”, voluntariamente, no seu próprio núcleo familiar, “a criança ou o adolescente em risco social, ou pessoal, e que para ser protegida, é afastada por decisão judicial de seu meio familiar e comunitário” (VELASCO, 2016, p. 8).

O serviço de acolhimento em família acolhedora está incluso na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009c), da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que faz parte dos serviços da Proteção Social Especial de Alta complexidade. O acolhimento caracteriza-se como uma medida de proteção provisória e excepcional às crianças e aos adolescentes, em vulnerabilidade, afastados de sua família de origem. Tal serviço diz respeito a um tratamento e atendimento individualizados, dentro de um ambiente familiar, o qual deve proporcionar especialmente, cuidado e proteção a esses sujeitos (BRASIL, 2009c).

As Orientações Técnicas do Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2009b, p. 82) define o serviço de acolhimento em família acolhedora como:

Serviço que organiza o acolhimento, em residências de famílias acolhedoras cadastradas, de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva (ECA, Art. 101), em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para adoção. Propicia o atendimento em ambiente familiar, garantindo atenção individualizada e convivência comunitária, permitindo a continuidade da socialização da criança/ adolescente.

Diante do afastamento, por medida de proteção, o acolhimento familiar é um modo de resguardar essas crianças/adolescentes. Isso acontece, por tal serviço ser menos danoso do que um acolhimento institucional, pois toda criança tem o direito de estar em um ambiente familiar e acolhedor que lhe proporcione um desenvolvimento apropriado.

Ainda em relação ao direito de estar em uma família, o artigo 4º da Lei nº 8.069/90 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – (BRASIL, 1990), assegura que “a efetivação dos direitos [...] à convivência familiar e comunitária” é um dever da sociedade, também, da família e comunidade. Portanto, o acolhimento familiar garante o direito à convivência familiar da criança ou adolescente, através de um tratamento humanizado e individualizado, garantindo-lhes os direitos fundamentais elencados no artigo 227 da Constituição Federal de 1988, qual seja:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 2020).

Para se tornar família acolhedora são necessários alguns requisitos. A família que acolherá a criança/adolescente em vulnerabilidade, deverá ter consciência que exercerá um papel temporário na vida delas, pois a finalidade é que nesse período a família de origem seja acompanhada e preparada para que os vínculos com os filhos sejam restituídos, caso isso não aconteça, tais crianças/adolescentes serão encaminhadas para a adoção. De qualquer forma, não permanecerão, em nenhuma hipótese, com a família acolhedora (COSTA; FERREIRA, 2009).

Além disso, para ser família acolhedora, o responsável familiar deve possuir boas condições de saúde física e mental, não possuir antecedentes criminais e obter parecer psicossocial favorável expedido pela equipe profissional do serviço. As famílias não podem ter o desejo de adoção e nem estarem inscritas no cadastro nacional de adoção, assim como, todos os membros da família devem concordar em ser família acolhedora (BRASIL, 2009a).

Para tanto, todo o serviço de acolhimento familiar, deve contar com equipes profissionais especializados para o atendimento, composto por coordenador(a) com nível superior, assistente social e psicólogo(a). O acompanhamento às famílias acolhedoras por estes profissionais deve ser sistemático, avaliando-se o(a) acolhido(a) na possibilidade de retorno, seja para a família nuclear ou extensa, evitando a institucionalização (BRASIL, 2009a).

Para compreender as estratégias a serem adotadas para cada família acolhedora, em seus atendimentos individuais pela rede, os Serviços de Acolhimento Familiar devem elaborar o Projeto Político Pedagógico (PPP) e o Plano Individual de Acolhimento (PIA). Para isso, as Orientações Técnicas (2009b) consideram o PPP e o PIA uma tarefa a ser realizada de forma coletiva pela rede, considerando a participação das crianças, adolescentes e suas famílias. Além disso, o serviço tem como objetivo entender os motivos que originam o acolhimento, realizando diagnóstico e levantamento sobre a situação da família acolhedora.

4 MOTIVAÇÃO

A motivação é o esforço para alcançar um determinado objetivo, que envolve os processos de “intensidade, direção e persistência” de uma pessoa. A intensidade é vista pelo grau de esforço, direcionado ao foco. Já a persistência tem relação ao período que se mantém

um esforço. Dessa forma, uma pessoa motivada é aquela que consegue manter uma dada atividade por tempo suficiente até alcançar o seu objetivo (ROBBINS, 2014, p. 134).

Assim, a motivação depende da força dos motivos, que podem ser desejos ou impulsos que ocorrem com as pessoas. “Os motivos também podem ser identificados pelas necessidades” (GIL, 2001, p. 117), nas quais as pessoas se movem, ou se comportam, através delas.

Gil (2001, p. 116) nos traz que “a motivação é uma consequência de necessidades não satisfeitas, as quais são intrínsecas às pessoas”, ou seja, só é possível identificar as motivações nos indivíduos e impulsionar as motivações já existentes, e não, incorporar as motivações nos mesmos. Portanto, os motivos e as necessidades levam às pessoas a chegarem aos seus objetivos.

A partir de um levantamento nacional de 2010 da Fiocruz, Valente (2013, p. 82), nos mostra que, os principais motivos de acolhimento de crianças e adolescentes, em vulnerabilidade, são: “negligência da família (54,9%); pais ou responsáveis dependentes químicos/alcoolistas (26,6%); abandono dos pais ou responsáveis (21,8%); violência doméstica física (12,6%); orfandade (11,6%); e violência doméstica sexual (9,1%)”. Tais dados nos dão indícios das motivações que permeiam a vontade das famílias em se tornarem famílias acolhedoras, pois a empatia (se colocar no lugar do outro), pode ser uma das muitas motivações de tais grupos familiares.

Assim, ao considerar as motivações como variável deste estudo, compreender os motivos que levam as famílias a se tornarem família acolhedora é importante, pois cada família em sua especificidade apresentará motivações diferentes, em função da peculiaridade de cada grupo familiar.

5 O DESENVOLVIMENTO INFANTIL E A IMPORTÂNCIA DO VÍNCULO

É importante lembrarmos que “a criança inicia sua trajetória na história de sua família, de sua comunidade e de sua nação”. Logo, o ser humano sem o outro não sobrevive, por ser uma relação significativa. Assim, o próprio nascimento da criança provém de uma experiência de encontro (UNICEF, 2011, p. 48 - 49).

Ao considerar a constituição humana e seu contexto, a teoria walloniana tem como centro de estudo a afetividade. Crianças são afetivas e emocionais, e se desenvolvem conforme o processo de crescimento e o ambiente em que vivem. Logo, as questões afetivas estão diretamente ligadas ao mundo social, imprescindível para o entendimento da formação das

peças (GALVÃO, 1995). Em relação a este processo, Xavier e Nunes (2015, p. 32 - 33), afirmam que:

É a afetividade que vai orientar as primeiras relações do bebê com as pessoas e com o mundo físico. Afinal, o recém-nascido não possui ainda as habilidades necessárias ao atendimento de suas necessidades vitais. Ou seja, é completamente dependente do outro. Sua primeira comunicação se dá pelo choro, ou seja, é intrinsecamente emocional.

Portanto, até o primeiro ano de vida, a relação do bebê diante dos objetos ou pessoas é integrado ao corpo, é um período demarcado pelas emoções. A partir dos 2 e 3 anos da criança, os gestos ficam mais evidentes ressaltando o processo motor, além das funções da linguagem que ganham espaço nas relações. Então, a partir dos 3 anos, a criança inicia um maior interesse a outras referências de seu meio, reorientando suas relações afetivas, diferenciando o seu eu dos outros (XAVIER; NUNES, 2015).

Diante disso, para garantir a sobrevivência de uma criança, principalmente quando acaba de nascer, é preciso todo um conjunto de ações complexas, especialmente, o cuidado e a proteção (UNICEF, 2011).

Diante dessas ações destaca-se o apego, destacado como uma forma de se comportar, onde o indivíduo está disposto a estar próximo do outro. Bowlby (1989, p. 19) comenta o apego da seguinte maneira: “um traço do comportamento de apego é a intensidade da emoção que o acompanha, a categoria de emoção que surge de acordo com a qualidade da relação entre a pessoa apegada e a figura de apego”.

Nessa perspectiva, o apego varia desde a satisfação e segurança até o ciúme, raiva, dor, ansiedade etc. Tudo depende das várias experiências vividas pelo indivíduo em relação à sua família de origem, ou fora dela (BOWLBY, 1989). O apego ou vínculo afetivo, entre a criança e a figura materna, seja ela biológica ou substituta, é necessário ao desenvolvimento psicossocial saudável.

O vínculo afetivo é valorizado pela Psicologia, especialmente a Psicologia do Desenvolvimento (COSTA; FERREIRA, 2009). Diante disso, Galvão (1995, p. 39) descreve a concepção dialética do desenvolvimento infantil de Wallon:

O estudo da criança contextualizada possibilita que se perceba que, entre os seus recursos e os de seu meio, instala-se uma dinâmica de determinações recíprocas: a cada idade estabelece-se um tipo particular de interações entre o sujeito e seu ambiente. Os aspectos físicos do espaço, as pessoas próximas, a linguagem e os conhecimentos próprios de cada cultura formam o contexto do desenvolvimento. [...], a criança interage mais fortemente com um ou outro aspecto de seu contexto, retirando dele os recursos para o seu desenvolvimento.

Sendo assim, a permanência da criança em um ambiente familiar influencia diretamente o seu desenvolver crescente. É através de uma relação estável com adultos, que o bebê recebe

as bases seguras para um pleno desenvolvimento, principalmente, porque neste meio, ela tem a possibilidade e condições de segurança física e emocional para obter um processo de aprendizagem e exploração do ambiente (DAVIS; OLIVEIRA, 1994).

Segundo Amaral (2007), a teoria do vínculo de Pichon Rivière traz que “[...] vínculo é a maneira particular pela qual cada indivíduo se relaciona com outro ou outros, criando uma estrutura particular a cada caso e a cada momento” (PICHÓN-RIVIÉRE, 1998, p. 3).

Assim, “salienta-se que a família, como um grupo social, não é percebida como um fim em si mesma, mas pelas suas funções de oferecer condições de desenvolvimento a seus membros, em especial, às crianças” (UNICEF, 2011, p. 61). Ou seja, é na família que as relações de afetividade e o fortalecimento de vínculos são desenvolvidos, através das relações que se firmam.

Para Vygotsky (1984, p. 281) “é por meio de outros, por intermédio do adulto que a criança se envolve em suas atividades. Absolutamente, tudo no comportamento da criança está fundido, enraizado no social. [...] assim, as relações da criança com a realidade são, desde o início, relações sociais”. Portanto, as relações dentro de um grupo familiar são consideradas essenciais para o desenvolvimento de cada integrante, promovendo o estreitamento das relações e fortalecimento de vínculos.

Deste modo, estar inserido em um grupo familiar, seja ele a família natural ou a família acolhedora, é fator fundamental para um bom desenvolvimento infantil, pois é nesse meio que a criança potencializará sua forma de aprendizado com o outro, e isso influencia diretamente em sua educação emocional que é tão importante para o seu desenvolvimento e crescimento saudável.

6 MÉTODO

Este estudo caracterizou-se como pesquisa de campo, de nível exploratório e abordagem qualitativa. Esta categoria de investigação permitiu a aproximação e interação da investigadora com a problemática estudada e os sujeitos participantes, possibilitando uma construção do conhecimento empírico em pesquisa social (MINAYO, 2013).

O modelo de estudo do tipo exploratório, objetivou “maior familiaridade com o problema, para torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Seu planejamento tende a [...] considerar os mais variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado” (GIL, 2017, p. 33).

Por ser um estudo qualitativo, preocupou-se com a realidade, ou seja, “ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. A partir da realidade social, considera os fenômenos humanos e o contexto em que vivem, já que “a realidade não é visível, precisa ser exposta e interpretada”, em primeiro lugar, “pelos próprios pesquisados” (MINAYO, 2013).

6.1 PARTICIPANTES

Participaram deste processo investigativo quatro famílias acolhedoras cadastradas em um município do sul de Santa Catarina. A entrevista ocorreu com as mães das famílias acolhedoras.

A amostra caracterizou-se como não probabilística por acessibilidade, conforme Prodanov e Freitas (2013, p. 98) “o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que esses possam de alguma forma, representar o Universo”.

Em relação aos contatos das famílias acolhedoras foram solicitados à coordenação do Serviço de Acolhimento Familiar – Família Acolhedora, de um município do sul de Santa Catarina.

O convite e agendamento das entrevistas ocorreu por contato telefônico, mediante explicação sobre os propósitos do estudo e o interesse de participação voluntária. Após o aceite, a entrevista foi marcada presencialmente, na residência de cada família acolhedora. As entrevistas foram gravadas (após consentimento) e tiveram duração aproximada de 30 (trinta) minutos – somente gravação de voz – e, posteriormente foram transcritas e analisadas.

6.2 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS

A coleta de dados se deu por entrevista semiestruturada, com questões abertas e fechadas. A entrevista “tem como matéria-prima a fala de alguns interlocutores”. O objetivo foi coletar os dados importantes para um objeto de pesquisa. Com a classificação semiestruturada, o participante da pesquisa tem maior possibilidade e flexibilidade para dar as respostas. (MINAYO, 2013, p. 77).

O TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) foi levado pela pesquisadora - de forma impressa, em duas vias - no dia da entrevista para a coleta da assinatura. Realizou-se leitura do TCLE com cada entrevistada, esclarecendo as dúvidas que surgiram. Após os esclarecimentos, foram colhidas as assinaturas. Uma via ficou com a entrevistada e a outra com a pesquisadora.

Em função do quadro pandêmico que o mundo ainda vive, respeitaram-se as orientações e normas de segurança do Ministério da Saúde (BRASIL, 2020a), quais sejam: afastamento de 1,5 metros entre cada participante; equipamentos de segurança (máscara, álcool em gel); local arejado e com ventilação natural.

A análise dos dados foi realizada a partir da análise de conteúdo, sendo uma técnica que, segundo Marconi e Lakatos (2005) “trabalha a palavra, a prática da língua realizada por emissões identificáveis. Considerando as significações (conteúdo), sua forma e a distribuição desses conteúdos e formas.”

Ainda, em relação a análise das informações, utilizou-se o modelo de análise de conteúdo, em que as categorias emergem da fala dos próprios participantes. Deste modo, Bardin (2011) destaca que “a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações”. Sendo assim, considera-se os conteúdos da análise e a forma como estão distribuídos, trabalhando a fala e as significações com foco no conhecimento das variáveis particulares.

Os princípios éticos que nortearam este artigo tiveram como base as exigências do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Unisul, previsto na resolução CNS/466/12 e 510/16. Os dados coletados e a aplicação das entrevistas resguardaram a identidade dos participantes. O projeto foi aprovado no CEP sob o protocolo nº 5.330.986.

7 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Visando responder os objetivos que a pesquisa propõe, os dados foram coletados por entrevista individual semiestruturada, composta por 6 questões previamente elaboradas, na modalidade presencial, durante o mês de maio de 2022. Foram 4 figuras maternas participantes do programa de acolhimento familiar de uma cidade do sul de Santa Catarina – Família Acolhedora.

As participantes foram identificadas da seguinte maneira: (E1) - Entrevistada 1, sexo feminino, 37 anos, casada; (E2) - Entrevistada 2, sexo feminino, 56 anos, casada; (E3) - Entrevistada 3, sexo feminino, 56 anos, viúva; (E4) - Entrevistada 4, sexo feminino, 71 anos, casada. Salienta-se que todas as entrevistadas têm filhos, sejam eles biológicos ou adotados.

No decorrer da análise de dados emergiram categorias relacionadas aos objetivos desta pesquisa, que serão apresentadas em seguida, acompanhadas de trechos das transcrições das entrevistas. Ressalta-se que as pessoas citadas receberam nomes fictícios de personagens infantis, visando o sigilo do trabalho.

7.1 MOTIVAÇÕES QUE LEVAM AS PESSOAS A SE TORNAREM FAMÍLIA ACOLHEDORA

No que se refere as motivações que levam as pessoas a se tornarem família acolhedora, foi possível identificar três categorias: influência familiar, alteridade, gratificação pessoal/bem-estar.

A categoria **influência familiar** apresenta-se no interesse das entrevistadas pelo serviço de acolhimento familiar, por estas possuem alguém próximo que fazia esse trabalho. Dessa forma, ao se identificarem com o assunto passaram a fazer parte do serviço de acolhimento. Afirmam que:

E1 – “A minha sogra já acolhia, né? Aí, com o passar do tempo eu vim morar aqui do lado, e aí eu comecei a participar da vida das crianças. E aí teve uma menininha que foi a minha inspiração assim para querer acolher. Foi uma moreninha. Ela tinha dois aninhos quando veio pra cá. A Branca de Neve. Ela era uma criança muito querida, assim que me incentivou. Depois que ela foi embora, daí eu decidi que queria acolher”.

E2 – “Eu tive uma amiga que veio fazer uma visita pra mim e veio com 3 crianças, aí ela disse pra mim que ia chegar um programa assim na cidade, né? E perguntou por que eu não queria participar. Aí eu disse que poderia tentar, e ela me indicou lá pra as pessoas, né? E ela era a primeira família acolhedora, daí eu hoje sou a segunda. Aí foi bom, tô desde 2009”.

E3 – “Aí o serviço foi porque a mãe era muito amiga da Cinderela, e a Cinderela que começou a conversar com a mãe sobre entrar nesse negócio de acolher criança. Aí a mãe falou comigo, eu disse: - Ah eu vou, eu quero! Aí a primeira criança foi em 2015, foi um tal de Peter Pan”.

E4 – “Porque, na verdade, eu sempre acolhi. Então fui criada assim e isso já vem de família. A minha avó paterna também. Ela era de acolher as pessoas.”.

Todas as entrevistadas relatam que foram inspiradas por alguém próximo. Assim, as figuras maternas podem ser consideradas como sujeitos sociais, pois se relacionam com os outros de forma que sofrem influência e influenciam o seu meio. Nesse sentido é importante pensarmos o quanto tais figuras influenciam no desenvolvimento das crianças acolhidas, pois estas, mesmo em seu estado de vulnerabilidade, já começam a compreender que podem receber do outro atenção e afeto, e desta forma tem a possibilidade de fazerem o mesmo movimento por tal influência.

Com relação à categoria **alteridade** - que diz respeito ao reconhecimento do outro - ao entendimento do outro como diferente do “eu”, logo, fazer o bem ao próximo está presente no discurso de todas as entrevistadas:

E1 – “Pra mim é gratificante! Pegar a criança naquela fase em que ela está mais sensível e poder introduzir na minha família como se fosse um membro da família. Tudo o que os meus filhos ganham, a criança ganha também e às vezes até mais, até porque eles chegam sem nada”.

E2 – “Então vejo que é bonito, que é um trabalho bonito, valioso, né? Eu me sinto realizada também, né? Mostrando que isso é um trabalho que está fazendo bem também, né? Então é muito bom! Eu digo pra todo mundo que é muito bom ajudar o próximo.”

E3 – “Desde criança; desde criança eu gostava. Eu vivia com criança lá na casa da mãe, direto, direto. Eu amava criança. Hoje eu tenho 12 afilhados. Sempre gostei, sempre fui apaixonada por crianças. Eu queria ver era a criança feliz! Juntava dinheiro pra comprar balas, pipoca. Me divertia com as crianças. Sempre assim, sempre foi!

E4 – “Eu tomei gosto por isso. É uma experiência muito boa, muito boa! Porque a alegria está no servir ao próximo. A felicidade está dentro de nós, é só abrir o coração. É uma experiência muito boa de poder proporcionar esse bem! É o servir mesmo, servir!”

As relações sociais são internalizadas pela significação que elas têm para cada indivíduo. Vygotsky (1984) afirma que é pelo outro que o eu se constitui em um ser social com sua subjetividade. Tudo o que fazemos tem relação com o outro, ou seja, nós nos tornamos nós mesmos através dos outros.

Portanto, as relações são consideradas essenciais para o desenvolvimento de cada indivíduo, promovendo o estreitamento das mesmas e o fortalecimento de vínculos. Reforçando o sentido de que quando fazemos pelo outro estamos fazendo por nós mesmos. E quando essas famílias se dispõem a realizar esse trabalho de maneira plena, constata-se que o valor que elas dão em auxiliar o próximo acontece de forma profunda e não superficial.

Relativo à categoria **gratificação pessoal/bem-estar**, todas as participantes enfatizaram que acolher crianças é mais benéfico para elas do que para as próprias crianças. Ou seja, quando falamos em gratificação nos referimos a reação emocional em resposta ao cumprimento de um desejo ou objetivo. Vejamos:

E1 – “...é fazer o bem pra criança, mas acaba que faz mais bem pra mim também, né! É muito gratificante e muito bom! Porque, no caso, cada um que vem é um aprendizado e um crescimento. Eles aprendem com a gente, mas acho que a gente aprende mais com eles”.

E2 – “É muita diversão e então pra mim é bom, é uma terapia, sabe? Eu tenho um problema de depressão também, mas pra mim é uma terapia, me faz bem, sabe? E quando não tem criança é uma tristeza. Tem gente que pergunta, ‘tu é louca, uma idade dessa cuidar de filho dos outros’. Pra mim, é uma alegria. É uma alegria, é uma distração, é uma descontração. É como se fosse os meus filhos, né? Faço tanto por eles quanto por mim mesma!”

E3 – “Eu acho que eu faço mais por eles, e por mim né, porque também se não gostasse, também não, né? É tudo gostoso de fazer, quando eles chegam. Quando eles saem é muito gratificante porque eles aprenderam um monte de coisas aqui comigo. A caminhar, a descer, a subir, a pedir. É tão gostoso!”

E4 – “Eu fico muito feliz. Eu tenho uma experiência. É de muita, muita paz, muita alegria! Ser família acolhedora, é mais receber do que dar. Todo o amor que tu dá tu recebe. Todo o afago. Quanto mais tu dá mais tu tens!”

Todas as entrevistadas se sentem gratificadas e realizadas por cumprirem o seu desejo, seu objetivo. Além de fazer o bem ao outro, elas fazem bem a si mesmas trazendo satisfação para suas vidas por cumprirem seus propósitos.

Assim, destacamos que as motivações em se tornar família acolhedora podem variar, mas é inegável que o fim de edificar a relação com o outro e consigo faz parte desse processo, pois é através das relações que acontece a integração e o pertencimento necessários para o bem-estar emocional.

7.2 COMO A FAMÍLIA DECIDIU TORNAR-SE FAMÍLIA ACOLHEDORA

No que diz respeito a descrição sobre a definição em se tornar família acolhedora, identificamos duas categorias: **resistência inicial e aceitação do papel/concordância**.

Em relação à categoria **resistência inicial**, duas das entrevistadas relatam que primeiramente os maridos resistiram a ideia de participar do serviço de acolhimento.

E1 – “No começo o meu marido disse: ‘ai, eu acho melhor não porque tem o negócio do apego’. E ele disse que eu iria sofrer. Aí depois ele disse: ‘vamos ver se tu consegue. Agora, se for pra te prejudicar, não’.”

E4 – “E pelo que percebi, não aceitaram. Eu sou meio corajosa. O Gato de Botas, meu marido, é uma pessoa muito boa, muito, e muito humano! Desde o início ele ficava chocado sim, mas daqui a pouco já estava conversando com a criança”.

Um dos requisitos para se tornar família acolhedora é que toda a família tenha ciência e concorde com o serviço que será prestado (BRASIL, 2009a). A resistência inicial dos maridos está ligada ao medo do desconhecido, o que é natural, pois é um trabalho que envolve muitos aspectos emocionais. Se frustrar consigo e com o próximo faz parte das vivências humanas, e se lançar para o cuidado ao próximo faz despertar várias indagações. Para Boff (2012, p.29) a primeira compreensão de cuidado “pressupõe que o ser humano é vulnerável, está lançado no mundo, encontra-se permanentemente exposto e vive sob riscos”.

Assim, resistir demonstra a fragilidade tão presente na condição humana, e perpassa pela interpretação de incerteza ou falta de controle em relação ao que pode ocorrer, em função do medo do desconhecido.

Quanto à categoria **aceitação do papel/concordância**, as entrevistadas 2 e 3 relatam que seus maridos aceitaram a ideia desde o início, sem muitos questionamentos.

E2 – “Ele achou também a mesma coisa que eu né?! Ele também adora criança, elas ficam grudadas no pescoço dele. Ele se senta para almoçar, ela senta no colo e gruda. E são todos né? Todos assim, mas cada um tem um jeitinho de ser.”

E3 – “Na época eu tava casada, né?! Ele veio a falecer, mas ele também foi de boa”.

Para que a criança afastada - por decisão judicial de seu meio familiar e comunitário - seja protegida, é importante que ela seja colocada em um ambiente saudável e acolhedor. A Família Acolhedora tem “papel social de acolher”, voluntariamente, no seu próprio núcleo familiar. O acolhimento expressa uma ação de aproximação, onde estar perto de alguém envolve uma atitude de inclusão e cuidado.

Para Winnicott (1956 - 2000, p.42) o que deve ser oferecido as crianças acolhidas são muito mais que cuidados físicos, eles precisam de compreensão e amor, ou seja, “quando você constrói um lar para a criança, você está lhe dando um pouco do mundo que ela pode compreender e em que pode acreditar nos momentos que o amor falha.”

Quando as famílias se propõem a exercer esse papel, elas estão cientes que sua decisão pode transformar a vida do outro, e assim transforma a sua vida também.

7.3 IMPLICAÇÕES EMOCIONAIS EM SE TORNAR FAMÍLIA ACOLHEDORA

No que tange as implicações emocionais em se tornar família acolhedora foram encontradas três categorias: **ansiedade por receber a criança, apego/amor, dificuldade no desacolhimento**.

Em relação à categoria **ansiedade por receber a criança**, três das entrevistadas afirmam que, inicialmente, ficam muito ansiosas quando são informadas que receberão as crianças.

E1 – “Eu fico ansiosa esperando a próxima criança, tanto que chego até a incomodar elas lá, perguntando se não tem mais uma criança pra vir pra cá. Fico ansiosa tanto pra conhecer e saber da história, por que que a criança veio até mim. E o motivo de chegar até mim nem sempre é bom né, mas eu enxergo como uma oportunidade pra dar o melhor de mim”.

E2 – “Eu fico muito ansiosa quando eles avisam que vai ter uma criança. A gente não faz nada, anda para lá e para cá. Tanto eu quanto a minha nora, né? A gente fica muito ansiosa pra quando vai chegar, pra ver como é que é, ficamos curiosas!”

E3 – “Eles avisam antes. Tu já fica louca, ansiosa. E é a mesma coisa quando eles vêm buscar, porque aquela ansiedade não tem, fica bem complicado. Aí tu não vê a hora, quer ver eles, a gente fica curiosa.”

Exercer o papel de família acolhedora gera um misto de emoções e sentimentos quanto ao cuidado e preocupação com o acolhido. A ansiedade relatada pelas mães acolhedoras, diz respeito ao desejo veemente e apressado em ter sob seus cuidados a criança que virá. Isso de certa forma é saudável, pois segundo Winnicott (1956 - 2000) a “preocupação materna primária” se trata de uma maternidade responsiva ou disponibilidade materna com a chegada do acolhido. Essa sensibilidade permite a identificação da mãe em relação à criança.

Dessa maneira, acontece a conexão tão necessária ao desenvolvimento de um bom relacionamento e o sentimento de pertencimento. As emoções são elementos psicológicos de grande relevância, tendo em vista que marcam importantes momentos na vida das pessoas, além de influenciar a maneira como elas agem nesses momentos.

Quanto à categoria **apego/amor**, todas as entrevistadas trouxeram discursos permeados de amor, colocando este, como um dos sentimentos mais presentes. Além disso, afirmam que se apegam às crianças, que é como se fossem os próprios filhos.

E1 – “Como não se apegar? Não tem como. Mas tu sabe que tu precisa entregar depois. A partir do momento que a criança chega, a princípio ainda não tem aquele afeto, mas com o passar dos dias começa a criar o afeto. E aquele apego vai se tornando amor. E aquele amor é incondicional. Os meus são meus, agora os que não são meus, eu cuido com todo o carinho, como se fosse!”

E2 – “[...] e eu era muito apegada. Me apaixonei. Depois desapeguei devagar. É tudo a mesma coisa, com meus filhos e as crianças acolhidas”.

E3 – “Queira ou não queira tu pega aquele vínculo. Tu gosta! Acompanhou tudo. Cada bonitinho! Eu levo eles para fazer lanche. Mas é como se fosse um filho mesmo. Nessa mesma coisa, a mesma coisa! A diferença é que tu tem que devolver”.

E4 – “A gente abraça isso com tanto amor, e a gente traz para casa. E a gente tem um zelo, um apego, um amor!”

O sentimento de amor mencionado pelas mães acolhedoras é de grande valia, pois indica a qualidade da relação estabelecida que trará os resultados almejados. O acolhimento só será bem-sucedido se o vínculo afetivo for instituído desde o primeiro momento.

Segundo Maturana (2002, p.25):

O amor é a emoção central na história evolutiva humana desde o início, e toda ela se dá como uma história em que a conservação de um modo de vida no qual o amor, se dá pela aceitação do outro como legítimo na convivência, é uma condição necessária para o desenvolvimento físico, comportamental, psíquico, social e espiritual normal da criança, assim como para a conservação da saúde física, comportamental, psíquica social e espiritual do adulto. Num sentido estrito, nós, seres humanos, nos originamos no amor e somos dependentes dele.

Diante disso, o vínculo afetivo, tão valorizado pela Psicologia, liga uma pessoa a outra no tempo e no espaço. Sendo que o apego, ou vínculo afetivo, entre a criança e a figura materna, seja ela biológica ou substituta, é necessário ao desenvolvimento psicossocial saudável. Assim, os vínculos firmados entre a figura materna e o acolhido são inevitáveis e imprescindíveis.

No que tange à categoria **dificuldade no desacolhimento**, três das entrevistadas afirmam que o momento do desacolhimento é difícil, pois já estão apegadas as crianças. Quando estas vão embora, as entrevistadas levam alguns dias para se adaptarem com a ida dos acolhidos, e sentem um imenso vazio, tanto interno quanto externo.

E1 – “E quanto mais tempo é, mais doloroso a partida. Principalmente se a família não quiser contato com a gente. Ah, mesmo quando a criança me cansa mais, e eu digo que quero que ela vá logo porque tô cansada, mesmo assim na hora de ir me dá um desespero. Fica uns dias assim. Uns 3 ou 4 dias. Se vem outro em seguida já tapa um pouquinho mais aquele buraco, sabe?”

E2 – “É como te digo: no momento, a gente sofre um pouquinho. Mas depois com o decorrer da semana alivia. Mas assim, quando é bebezinho é mais difícil... bem difícil!”

E3 – “A primeira vez, assim eu levei um choque, bem, bem, bem dado, né? Porque foi o primeiro que veio, bebezinho. Aquele amor, né? Foi bem complicado assim. Não queria devolver. Eu fiquei uns 15 dias bem abalada.”

A dificuldade nos desacolhimentos, externalizada pelas figuras maternas, é indicativo que o vínculo afetivo realmente aconteceu. Do rompimento de laços afetivos emerge uma série de sentimentos, tais como: tristeza, raiva, ciúme, desamparo, inconformidade, angústia, entre outros. A maneira como cada indivíduo enfrenta a perda é muito singular. Assim, como cada pessoa lida internamente com as perdas sofridas no decorrer de sua vida, está profundamente ligada a maneira como se estabelecem as relações de apego.

De acordo com Bowlby (1973 - 1980), a perda é uma das experiências mais dolorosas enfrentadas pelo ser humano, pois ela é penosa tanto para quem a experimenta como para quem a observa. Isso gera a sensação de impotência e frustração diante da situação vivida.

Embora as famílias acolhedoras saibam que esse serviço de acolhimento se trata de uma medida de proteção provisória e excepcional às crianças e aos adolescentes, em vulnerabilidade, afastados de sua família de origem, e que o desacolhimento é inevitável, o desconforto e sofrimento ao “devolverem” as crianças é próprio do momento. Dessa forma, quanto mais assistência psicológica esta família receba, menos danos esse fato causará nessas pessoas.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como propósito identificar as motivações que levam as pessoas a se tornarem família acolhedora. Diante dos resultados foi possível identificar que as motivações giram em torno de um mesmo fim, qual seja, fazer o bem ao próximo como a si mesmo.

Fato é que, mesmo sabendo que tal serviço vem com uma carga emocional muito grande, seja positiva ou negativa, as famílias acolhedoras não pensam em desistir dessa função. A nobreza deste trabalho evoca nessas pessoas um sentimento de cumprirem seu propósito de vida, e isso está ligado a fatores emocionais e não materiais. Realizar algo que impacte a si mesmo, bem como no ambiente em que se encontram, é fundamental para permanecerem nesse papel de acolhedoras.

O serviço de acolhimento é fundamental, pois as crianças e adolescentes negligenciados precisam ser protegidos e acolhidos, tendo assim a possibilidade de estar em um ambiente saudável que viabilize o menor dano possível. Sem dúvidas a preferência por esse serviço individualizado, causa menos danos do que um acolhimento institucional, pois toda criança tem o direito de estar em um ambiente familiar e acolhedor que lhe proporcione um desenvolvimento apropriado.

Um dos fatores importantes a serem levantados é a necessidade que essas mães possuem em ter um acompanhamento psicológico mais efetivo, ou seja, a psicoterapia contínua é uma forma de manter essas pessoas com sua saúde emocional saudável, aprendendo a lidar com suas emoções de maneira a causar o mínimo de sofrimento. Ainda, o autoconhecimento e o manejo adequado dos sentimentos proporcionam um ambiente mais saudável, equilibrado e funcional para todos os envolvidos.

Sugere-se também, que as capacitações se deem constantemente, pois além de proporcionar um ambiente de aprendizado, a troca de experiências é muito rica e se faz necessária para a fluidez desse serviço.

Este estudo não esgota esta temática, por se tratar de um assunto bastante complexo e peculiar, tornando evidente a importância de novos estudos científicos para a observação e investigação acerca das motivações das famílias em se tornarem famílias acolhedoras.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, V. L. do. A dinâmica dos grupos e o processo grupal. **Psicologia da Educação**. Natal, EDUFRN, 2007. Disponível em: <http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/cursos/Geografia_PAR_UAB/Fasciculos%20-%20Material/Psicologia_Educacao/Psi_Ed_A10_J_GR_20112007.pdf>. Acesso em: 13 set. 2021.
- BAPTISTA, M. N.; TEODORO, M. L. M. **Psicologia de família: teoria, avaliação e intervenção**. Porto Alegre: Artmed, 2012.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BOFF, L. **Saber cuidar**. São Paulo: Vozes, 2012.
- BOWLBY, J. **Apego e perda: Tristeza e depressão**. São Paulo: Martins Fontes, 1973-1980.
- BOWLBY, J. **Uma base segura: aplicações clínicas da teoria do apego**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional nº105/2019. 55. ed. atual. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020. 399 p. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/566968/CF88_EC105_livro.pdf>. Acesso em: 29 set. 2021.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>. Acesso em: 29 set. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009**. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943 e dá outras providências. Brasília, DF, 4 ago. 2009a. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=12010&ano=2009&ato=22cUTVU90dVpWT28f>>. Acesso em: 10 nov. 2021.

BRASIL. **Orientações técnicas:** serviço de acolhimento para crianças e adolescentes. Brasília: Ministério Social e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009b.

BRASIL. **Protocolo de manejo clínico da Covid-19 na Atenção Especializada** [S.I.]: Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência. Brasília: Ministério da Saúde, 2020a. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manejo_clinico_covid-19_atencao_especializada.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2021.

BRASIL. **Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009.** Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília: CNAS, 2009c.

COSTA, N. R. do A.; FERREIRA, M. C. R. Acolhimento familiar: uma alternativa de proteção para crianças e adolescentes. **Psicol. Reflex. Crit.**, v. 22, n. 1, p. 111-118, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-79722009000100015>>. Acesso em: 11 out. 2021.

DAVIS, C.; OLIVEIRA, Z. **Psicologia na educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

GALVÃO, I. **Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil**. Petrópolis: Vozes, 1995.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIL, A. C. **Gestão de pessoas: enfoque nos papéis profissionais**. São Paulo: Atlas, 2001.

GOMES, J. V. Família e socialização. **Psicol. USP**, v. 3, n. 1-2, p. 93-105, 1992. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771992000100010&lng=pt&nrm=iso>. acesso em: 10 nov. 2021.

LINHARES, M. B. M. *In*: PLUCIENNIK, G. A.; LAZZARI, M. C.; CHICARO, M. F. (orgs.) **Fundamentos da família como promotora do desenvolvimento infantil:** parentalidade em foco. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2015. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/26233135-Fundamentos-da-familia-como-promotora-do-desenvolvimento-infantil-parentalidade-em-foco.html>>. acesso em: 10 nov. 2021.

MARCONI, M. DE A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2005.

MACEDO, R. M. A família do ponto de vista psicológico: lugar seguro para crescer? **Cad. Pesq.**, São Paulo, n. 91, p. 62-68, nov. 1994. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/877/883>>. Acesso em: 27 ago. 2021.

MACHADO, V. E. **A Formação do Sujeito como Ser de Relações**. 2009. Disponível em: <http://www.hottopos.com/notand_lib_12/edileine.pdf>. Acesso em: 14 set. 2021.

MARTINS, E.; SZYMANSKI, H. A abordagem ecológica de Urie Bronfenbrenner em estudos com famílias. **Est. Pesq. em Psicol.**, v. 4, n. 1, p. 63-77, 2004. Disponível em: <

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/11111>>. Acesso em: 10 nov. 2021.

MATURANA, H. **Emoções e linguagem na educação e política**. 3. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

MENEZES, P. **Tipos de família**. Rio de Janeiro, [2020]. Disponível em: <<https://www.diferenca.com/tipos-de-familia/>>. Acesso em 27 ago. 2021.

MINAYO, M. C de S. O desafio da pesquisa social. *In*: DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, M. C de S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2013. Cap. 1, p. 8-34.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. [S. I.]: Novo Hamburgo, Feevale, 2013. Disponível em: <https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/291348/mod_resource/content/3/2.1-E-book-Metodologia-do-Trabalho-Cientifico-2.pdf>. Acesso em: 25 out. 2021.

ROBBINS, S. P. **Fundamentos do comportamento organizacional**. 12. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014.

SAYÃO, R.; AQUINO, J. G. **Família: modos de usar**. 5. ed. Campinas: Papyrus, 2006.

SILVA, E. **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. [S. I.]: Brasília, IPEA/CONANDA, 2004. <https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/ipea/direito_a_conviv_familiar_ipea_2004.pdf>. Acesso em: 25 out. 2021.

UNICEF. **Família brasileira, a base de tudo**. KALOUSTIAN (org.). 10. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 2011.

VALENTE, J. **Família acolhedora: as relações de cuidado e de proteção no serviço de acolhimento**. São Paulo: Paulus, 2013.

VARGAS, L. L. A família e sua historicidade: breve apanhado sobre a historicidade da família bem como alguns conceitos jurídicos. *In*: VARGAS, L. L. **Direito de família**. 26 abr. 2018. Disponível em: <<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/10636/A-familia-e-sua-historicidade>>. Acesso em: 25 out. 2021.

VELASCO, C. B. **Programa de capacitação para famílias acolhedoras**. [S. I.]: Cascavel, 2016. Disponível em: <https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/acolhimento/programa_capacitacao_familia_acolhedora_2016.pdf>. Acesso em: 25 out. 2021.

VYGOTSKY. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins fontes, 1984.

WINNICOTT, D. W. A preocupação materna primária. In: Winnicott, D. W. **Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas** (p. 399-405). Rio de Janeiro: Imago, 1956 – 2000.

XAVIER, A. S; NUNES, A. I. B. L. **Psicologia do desenvolvimento**. 4. ed. Fortaleza: UECE, 2015.